



## Interpelação só cabe quando há dúvida sobre hostilidade

Ao referir-se a seu adversário eleitoral, que foi preso político, como bandido comum, o deputado federal Leonardo Quintão, que disputa a prefeitura de Belo Horizonte com Márcio Lacerda, não pode invocar imunidade parlamentar para evitar ação criminal. Mas não pode ser interpelado no Supremo Tribunal Federal por uma razão técnica: esse instrumento só é admitido quando houver dúvida em relação à intenção de ofender. No caso concreto, Quintão o ofendeu claramente.

Essa foi a decisão do ministro do STF **Celso de Mello** no julgamento da Petição 4.444-4, em que se negou o pedido de explicações apresentado. O ministro invocou voto de sua própria autoria quando, no Inquérito 1.400-QO/PR, o STF decidiu que a imunidade parlamentar é suspensa durante o período eleitoral, para ofensas feitas em campanha — já que o privilégio o colocaria em desigualdade frente a não detentores de cargo no Legislativo. Na ocasião, Roberto Requião atacara duramente Jaime Lerner, na disputa pelo governo do Paraná. Com dez votos contra o de Nelson Jobim, valeu a tese do relator.

A condição básica da interpelação analisada é a que se encontra no artigo 144 do Código Penal. Eventual iniciativa contra o ofensor, diz o artigo 355 do Código Eleitoral, só pode ser empreendida por meio de Ação Pública. Ou seja, o adversário não tem legitimidade ativa — só o Ministério Público, e no caso, a Procuradoria-Geral da República poderá ter a iniciativa. Em caso de inércia do MP, no prazo de dez dias, o próprio promotor ou procurador terá que responder criminalmente pela inação imotivada — o que se provoca com queixa subsidiária.

A decisão do ministro é didática. Explora as situações em que é cabível a interpelação judicial — um processo de natureza cautelar destinada a obter elementos para abertura de processo criminal. Mas que depende da equivocidade do ato, já que seu objetivo é o de dissipar ambigüidades ou desfazer dúvidas.

### Leia a decisão

#### PETIÇÃO 4.444-4 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO**

**REQUERENTE(S): MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA**

**ADVOGADO(A/S): ANDRÉ RODRIGUES COSTA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)**

**REQUERIDO(A/S): LEONARDO QUINTÃO**



**EMENTA: INTERPELAÇÃO JUDICIAL. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES AJUIZADO CONTRA DEPUTADO FEDERAL (CP, ART. 144). POSSIBILIDADE, NÃO OBSTANTE A GARANTIA DA IMUNIDADE PARLAMENTAR, POR SE TRATAR DE CONGRESSISTA- -CANDIDATO. IMPUTAÇÕES ALEGADAMENTE OFENSIVAS. AUSÊNCIA, NO ENTANTO, DE DUBIEDADE, EQUIVOCIDADE OU AMBIGÜIDADE. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA OBJETIVA EM TORNO DO CONTEÚDO MORALMENTE OFENSIVO DAS AFIRMAÇÕES. INVIABILIDADE JURÍDICA DO AJUIZAMENTO DA INTERPELAÇÃO JUDICIAL, POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.**

— **A questão do congressista-candidato e a impossibilidade** de invocação, **por ele**, em seu favor, **e contra** os demais concorrentes, **da garantia** da imunidade parlamentar em sentido material: **exigência** de observância **da igualdade** de oportunidades, **no contexto** do processo eleitoral, entre **todos** os candidatos, parlamentares **ou** não. **Precedentes: Inq 1.400-QO/PR**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v .g..

— **O pedido de explicações em juízo** acha-se **instrumentalmente** vinculado **à necessidade** de esclarecer situações, frases **ou** expressões, escritas **ou** verbais, **caracterizadas** por sua dubiedade, equivocidade **ou** ambigüidade. **Ausentes esses pressupostos**, a interpelação judicial, **porque desnecessária**, revela-se processualmente **inadmissível**.

— **A interpelação judicial, por destinar-se**, exclusivamente, **ao esclarecimento** de situações dúbias **ou** equívocas, **não se presta**, quando **ausente** qualquer ambigüidade no discurso contumelioso, à obtenção de provas penais **pertinentes** à definição da autoria do fato delituoso.

— **O pedido de explicações em juízo não se justifica** quando o interpelante **não tem dúvida alguma** sobre o caráter moralmente ofensivo das imputações que lhe foram dirigidas pelo suposto ofensor.

**Doutrina. Precedentes.**

**DECISÃO: Trata-se de “interpelação criminal” deduzida**, com fundamento **no art. 144** do Código Penal, **contra** Leonardo Quintão, **que é membro** do Congresso Nacional. **Pretende-se** que este **ofereça explicações** necessárias **ao esclarecimento** de afirmações **que foram noticiadas** no jornal “O Tempo” (edição de 15/10/2008 – fls. 09).

**O requerente assim justifica** a presente interpelação judicial (fls. 03/04):

*“Como é fato público e notório, tanto o interpelante quanto o interpelado são, atualmente, candidatos ao cargo de Prefeito do Município de Belo Horizonte, no pleito de 2008, em sua disputa de 2º Turno.*

*Dentro do contexto de campanha eleitoral, como é costumeiro, vem sendo o interpelante vítima de ataques à sua honra, vinculados ao ‘denuncismo’ peculiar que sempre aflora nas proximidades dos debates para a escolha dos candidatos.*



*E, nesse diapasão, o interpelante tomou ciência de matéria publicada no periódico 'O Tempo', com circulação nesta data, que já anuncia, em sua manchete principal, o seguinte:*

*'Eleição. Quintão chama Lacerda de preso comum em resposta ao vídeo do chute na bunda.*

**SEGUNDO TURNO EM BH ENTRA EM CLIMA DE GUERRA.**

*Candidatos usam televisão, Internet e debates para trocar acusações.*

*Os candidatos em Belo Horizonte partiram para a guerra. Leonardo Quintão (PMDB) e Marcio Lacerda (PSB) trocam acusações na TV, na Internet e em debates. Ontem, na sabatina de O TEMPO, Quintão chamou Lacerda de preso comum, em resposta à divulgação do vídeo em que o peemedebista diz que vai chutar a bunda dos adversários'.*

*A matéria de fundo, localizada na página 3, traz o seguinte conteúdo:*

*'Sucessão. Candidatos abrem guerra na campanha de segundo turno e começa a onda de denúncias.*

**QUINTÃO RESPONDE VÍDEO E DIZ QUE LACERDA FOI PRESO COMUM.**

**PEEMEDEBISTA DIZ QUE ADVERSÁRIO ASSALTOU BANCO E DEU CORONHADAS.**

*Desde anteontem à noite, o segundo turno da eleição em Belo Horizonte está em clima de guerra, ao contrário do que aconteceu na primeira fase. O programa de televisão, a Internet e os debates transformaram-se em verdadeiras barricadas. Na tarde de ontem, durante sabatina realizada pelo O TEMPO, o candidato Leonardo Quintão (PMDB), ao se defender sobre um vídeo divulgado no programa eleitoral do adversário Márcio Lacerda (PSB) – em que aparece chutando o ar e afirmando que nós vamos ganhar e chutar a bunda deles – disse que o socialista não foi preso político e, sim, comum. Ele disse que Lacerda assaltou banco e uma padaria e deu coronhadas durante suas ações. Ele (Lacerda) fala que foi preso político e não foi. Ele foi preso comum porque é assaltante de banco. E de uma padaria também, disse, afirmando que acordo com militar não é coisa de preso político. E repetiu preso comum, crime comum.*

*Lacerda disse ontem que realmente assaltou banco para obter recursos para a resistência à ditadura militar. Ele ressaltou que as declarações do rival demonstraram o total desconhecimento dele sobre a história do Brasil. O vice de Lacerda, Roberto Carvalho (PT) aconselhou Quintão a se informar com a apoiadora Jô Moraes sobre a guerrilha no Brasil'.*

*Como é óbvio, os fatos narrados são de notória inverdade, atentam contra a honra do interpelante e configuram, em tese, a prática dos crimes de injúria e difamação.*

*Repare-se, a propósito, na seguinte afirmativa:*



*‘Ele foi preso comum porque é assaltante de banco. E de uma padaria também’.*

*Diante desse contexto, se infere que o interpelado vem se utilizando do espaço democrático, de debate político, para difamar e injuriar o interpelante, jogando por terra a preciosa luta que ele e outros tantos outros encamparam ao longo de sua juventude, com o objetivo de propiciar a liberdade de expressão na República.*

*Mais do que isso: ao reputar como ‘crime comum’ uma ação sabidamente revolucionária, o interpelado, irresponsavelmente, jogou por terra a recente história de luta da população brasileira, por uma sociedade mais digna, na qual vários pagaram com suas próprias vidas.*

*Assim, considerando a publicação das declarações em periódico, com o intuito de esclarecimento, a fim de promover a devida queixa-crime contra o referido Deputado Federal, **necessário se fez o ajuizamento** da presente interpelação, **nos estritos termos do art. 144 C. Penal**, que preconiza: ‘Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa’.” (grifei)*

**Presente** esse contexto, **impõe-se verificar**, preliminarmente, **se assiste**, ou não, competência **a esta** Suprema Corte para processar, **originariamente**, **este** pedido de explicações.

**A notificação**, como se sabe, **considerada a natureza cautelar de que se reveste**, **deve** processar-se perante o **mesmo** órgão judiciário **que é competente** para julgar a **ação penal principal** eventualmente ajuizável contra o **suposto** ofensor.

**Essa é a razão** pela qual, **tratando-se de Deputado Federal**, como o ora notificando, **competete**, ao próprio Supremo Tribunal Federal, **processar**, originariamente, **o pedido de explicações**, tal como formulado na espécie:

**“COMPETÊNCIA PENAL ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O PEDIDO DE EXPLICAÇÕES.**

— **A competência penal originária** do Supremo Tribunal Federal, **para processar pedido de explicações em juízo**, **deduzido** com fundamento na Lei de Imprensa (art. 25) **ou com apoio** no Código Penal (art. 144), **somente** se concretizará **quando** o interpelado dispuser, ‘*ratione muneris*’, da prerrogativa de foro, **perante** a Suprema Corte, nas infrações penais comuns (**CF**, art. 102, I, ‘b’ e ‘c’).”

**(RTJ 170/60-61, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)**



**Reconhecida**, desse modo, a **competência originária** desta Suprema Corte, **impede verificar se** a garantia constitucional da imunidade parlamentar em sentido material, **de que é titular** o ora requerido, Leonardo Quintão, **impede**, ou não, a instauração deste processo de índole cautelar.

**O fato** de o ora requerido **ostentar** a condição de Deputado Federal **poderia inviabilizar, só por si, a formulação** da presente “*interpelação criminal*”, **eis que inadmissível**, contra os congressistas, **a instauração** de processo de natureza penal **ou** de caráter civil, “*por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos*” (CF, art. 53, “*caput*”).

**É que**, como se sabe, **o pedido de explicações qualifica-se** como verdadeira ação de natureza cautelar **destinada** a viabilizar o exercício **ulterior** de ação principal (**notadamente** a ação penal), **cumprindo**, desse modo, **a interpelação judicial**, uma típica função instrumental **inerente** às providências processuais **revestidas** de cautelaridade.

**Não se desconhece** que, **entre** o pedido de explicações em juízo, de um lado, **e** a causa principal, de outro, **há uma evidente relação de acessoriedade**, pois a medida **a que alude** o art. 144 do Código Penal **reveste-se**, como salientado, **de um nítido** caráter de instrumentalidade.

**Tal observação** se impõe, **porque a incidência** da imunidade parlamentar material – **por tornar inviável** o ajuizamento da ação penal de conhecimento e da ação de indenização civil, **ambas** de índole principal – **afeta a possibilidade jurídica** de formulação **e**, até mesmo, **de processamento do próprio** pedido de explicações, **em face** da natureza **meramente** acessória **de que se reveste** tal providência de ordem cautelar, **tal como** esta Suprema Corte tem **reiteradamente** proclamado **e** advertido (**Pet 3.205/DF**, Rel. Min. EROS GRAU – **Pet 3.585/DF**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **Pet 3.588/DF**, Rel. Min. NELSON JOBIM – **Pet 3.686/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **Pet 4.199/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

**Ocorre**, no entanto, **que o amparo** da imunidade parlamentar em sentido material, **enquanto** expressiva garantia de índole constitucional dos membros do Congresso Nacional, **não** alcança **nem** protege o parlamentar, **quando candidato**, em pronunciamentos **motivados** por propósitos **exclusivamente** eleitorais, **considerada a essencial igualdade** que deve existir **entre todos** aqueles que, **sejam** parlamentares **ou** não, **disputam** mandatos eletivos.

**Essa compreensão** em torno do alcance restrito da cláusula constitucional de inviolabilidade, **nos casos** em que se delinea **a figura do parlamentar-candidato**, **tem o beneplácito** do magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, **como o registra** decisão proferida **pelo Plenário** desta Suprema Corte:



“— A **garantia** constitucional da **imunidade parlamentar** em sentido material (CF, art. 53, ‘caput’) — **destinada a viabilizar a prática independente**, pelo membro do Congresso Nacional, do mandato legislativo de que é titular — **não se estende ao congressista, quando, na condição de candidato a qualquer cargo eletivo, vem a ofender, moralmente, a honra de terceira pessoa, inclusive a de outros candidatos, em pronunciamento motivado por finalidade exclusivamente eleitoral, que não guarda qualquer conexão com o exercício das funções congressuais. Precedentes.**

— **O postulado republicano — que repele privilégios e não tolera discriminações — impede que o parlamentar-candidato tenha, sobre seus concorrentes, qualquer vantagem de ordem jurídico-penal resultante da garantia da imunidade parlamentar, sob pena de dispensar-se, ao congressista, nos pronunciamentos estranhos à atividade legislativa, tratamento diferenciado e seletivo, capaz de gerar, no contexto do processo eleitoral, inaceitável quebra da essencial igualdade que deve existir entre todos aqueles que, parlamentares ou não, disputam mandatos eletivos.”**

(Inq 1.400-QO/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Essa é a razão pela qual **não incide**, na espécie, **a garantia** da imunidade parlamentar em sentido material (o requerido, **embora congressista, é candidato**), **o que torna possível**, analisada a questão **sob essa específica** perspectiva, **o conhecimento** da presente “*interpelação criminal*”.

**Impende analisar**, agora, **a natureza e a destinação** da interpelação judicial em referência, **fundada** no art. 144 do Código Penal.

**Cumprir ter em consideração**, neste ponto, **que o pedido de explicações reveste-se** de função instrumental, **cuja destinação jurídica** vincula-se, **unicamente**, ao esclarecimento de situações **impregnadas** de dubiedade, equivocidade **ou** ambigüidade (CP, art. 144), **em ordem** a viabilizar, **tais sejam** os esclarecimentos prestados, **a instauração** de processo penal de conhecimento **tendente** à obtenção de um provimento condenatório, **consoante o reconhece a própria jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal:

“— **O pedido de explicações constitui típica providência de ordem cautelar, destinada a aparelhar ação penal principal, tendente a sentença penal condenatória. O interessado, ao formulá-lo, invoca, em juízo, tutela cautelar penal, visando a que se esclareçam situações revestidas de equivocidade, ambigüidade ou dubiedade, a fim de que se viabilize o exercício futuro de ação penal condenatória.**

**A notificação prevista no Código Penal (art. 144) e na Lei de Imprensa (art. 25) traduz mera faculdade processual, sujeita à discricão do ofendido. E só se justifica na hipótese de ofensas equívocas.”**

(RTJ 142/816, Rel. Min. CELSO DE MELLO)



**Também** JULIO FABBRINI MIRABETE, em preciso magistério sobre o tema (“**Código Penal Interpretado**”, p. 1.138, 5ª ed., 2005, Atlas), **revela** igual entendimento **sobre os pressupostos legitimadores** da utilização do pedido de explicações em juízo:

*“**O pedido de explicações** previsto no art. 144 é uma medida preparatória e facultativa para o oferecimento da queixa, **quando, em virtude dos termos empregados ou do sentido das frases, não se mostra evidente** a intenção de caluniar, difamar ou injuriar, **causando dúvida** quanto ao significado da manifestação do autor, **ou mesmo** para verificar **a que pessoa** foram dirigidas as ofensas.*

*Cabe, assim, **nas ofensas equívocas e não nas hipóteses em que, à simples leitura, nada há de ofensivo à honra alheia ou, ao contrário, quando são evidentes as imputações caluniosas, difamatórias ou injuriosas.**”* (grifei)

Essa **mesma** orientação — **que sustenta a inviabilidade** do pedido de explicações, **quando não houver** situação de dubiedade **ou** de equivocidade **quanto ao conteúdo** das imputações questionadas — **é também observada** por GUILHERME DE SOUZA NUCCI (“**Código Penal Comentado**”, p. 626, 7ª ed., 2007, RT), ANÍBAL BRUNO (“**Crimes Contra a Pessoa**”, p. 323/324, 3ª ed., Editora Rio), FERNANDO CAPEZ/STELA PRADO (“**Código Penal Comentado**”, p. 281, item n. 1, 2007, Verbo Jurídico), ROGÉRIO GRECO (“**Curso de Direito Penal**”, vol. II/564, 2005, Impetus) e CEZAR ROBERTO BITENCOURT (“**Código Penal Comentado**”, p. 577, 4ª ed., 2007, Saraiva), **cabendo referir**, por valioso, **o magistério** de PAULO JOSÉ DA COSTA JUNIOR (“**Código Penal Comentado**”, p. 442, 8ª ed., 2005, DPJ):

*“**Se a ofensa for equívoca, por empregar termos ou expressões dúbias, cabe o pedido de explicações** previsto pelo art. 144.*

*Por vezes, o agente emprega frases ambíguas propositadamente, quiçá ‘para excitar a atenção dos outros e dar mais efeito ao seu significado injurioso’.*

*Trata-se de medida facultativa, que antecede o oferecimento da queixa. **Só tem cabimento o pedido nos casos de ofensas equívocas.**”* (grifei)

**Impende acentuar** que esse entendimento **reflete-se**, por igual, **na jurisprudência** desta Suprema Corte e na dos Tribunais em geral (**RT** 488/316 — **RT** 519/402 — **RT** 534/377 — **JTACrSP** 86/227 — **JTACrSP** 97/287 — **JTARGS** 84/65, v.g.):

*“**O pedido de explicações em juízo** acha-se instrumentalmente vinculado **à necessidade** de esclarecer situações, frases ou expressões, escritas ou verbais, **caracterizadas por sua dubiedade, equivocidade ou ambigüidade. Ausentes esses pressupostos, a interpelação judicial, porque desnecessária**, revela-se processualmente **inadmissível.**”*



*A interpelação judicial, por destinar-se, exclusivamente, ao esclarecimento de situações dúbias ou equívocas, não se presta, quando ausente qualquer ambigüidade no discurso contumelioso, à obtenção de provas penais pertinentes à definição da autoria do fato delituoso.*

*O pedido de explicações em juízo não se justifica quando o interpelante não tem dúvida alguma sobre o caráter moralmente ofensivo das imputações que lhe foram dirigidas pelo suposto ofensor.”*

(RT 709/401, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

*“(…) as explicações a que alude o artigo 25 da Lei nº 5.250/67 — daí exigir-se manifestação do Poder Judiciário -, visam a permitir se apure, objetivamente, se a inferência da calúnia, difamação ou injúria resultante de referência, alusão ou frase do notificado resulta, ou não, de imprecisão de linguagem. Visam, apenas, a isso, e não a ensejar a verificação da existência de crime, em seus elementos objetivos ou subjetivos, o que será objeto da ação penal própria, se promovida. O que se procura saber, por meio da explicação, é o que realmente quis dizer o autor da referência, da alusão ou da frase. Em outras palavras, as explicações do notificado se destinam a esclarecer se a inferência do notificante corresponde ao que aquele pretendeu exteriorizar. (…).”*

(RTJ 79/718, 725, Rel. Min. MOREIRA ALVES – grifei)

*“CRIME DE IMPRENSA — Pedido de explicações — Indeferimento — Alusão considerada ofensiva pelo requerente que não se reveste de forma dubitativa — Rejeição ‘in limine’ – Decisão mantida — Inteligência do art. 144 do CP de 1940.”*

(RT 607/334, Rel. Juiz RENATO MASCARENHAS – grifei)

*Vê-se, portanto, que, onde não houver dúvida objetiva em torno do conteúdo moralmente ofensivo das afirmações questionadas ou, então, onde inexistir qualquer incerteza a propósito dos destinatários de tais declarações, aí não terá pertinência nem cabimento a interpelação judicial, pois ausentes, em tais hipóteses, os pressupostos necessários à sua utilização.*

*E é, precisamente, o que ocorre na espécie, pois a leitura da publicação em referência, especialmente dos fragmentos abaixo reproduzidos, não permite qualquer dúvida, seja em torno do destinatário das afirmações alegadamente ofensivas, seja em torno do próprio conteúdo inequívoco e despojado de dubiedade das asseverações emanadas daquele contra quem se ajuizou a presente medida cautelar (fls. 03):*

*“QUINTÃO RESPONDE VÍDEO E DIZ QUE LACERDA FOI PRESO COMUM.*

*PEEMEDEBISTA DIZ QUE ADVERSÁRIO ASSALTOU BANCO E DEU CORONHADAS.*

*Desde anteontem à noite, o segundo turno da eleição em Belo Horizonte está em clima de guerra, ao contrário do que aconteceu na primeira fase. O programa de televisão, a Internet e os debates transformaram-se em verdadeiras barricadas. Na tarde de ontem, durante sabatina realizada pelo O TEMPO, o candidato Leonardo Quintão (PMDB), ao se defender sobre um vídeo divulgado*



---

*no programa eleitoral do adversário Márcio Lacerda (PSB) – em que aparece chutando o ar e afirmando que nós vamos ganhar e chutar a bunda deles – disse que o socialista não foi preso político e, sim, comum. Ele disse que Lacerda assaltou banco e uma padaria e deu coronhadas durante suas ações. Ele (Lacerda) fala que foi preso político e não foi. Ele foi preso comum porque é assaltante de banco. E de uma padaria também, disse, afirmando que acordo com militar não é coisa de preso político. E repetiu preso comum, crime comum.*

*Lacerda disse ontem que realmente assaltou banco para obter recursos para a resistência à ditadura militar.” (grifei)*

**Em suma**: o magistério da doutrina e a jurisprudência dos Tribunais **orientam-se**, como **precedentemente** enfatizado, **no sentido de que não cabe** o pedido de explicações, **por ausência** de interesse processual, **se não se registrar**, quanto às declarações questionadas, a situação **de necessária** dubiedade, ambigüidade ou indeterminação subjetiva.

**Não há**, pois, **em face** das razões expostas, **como dar trânsito** à presente “*interpelação criminal*”, **motivo** pelo qual, **por entendê-la incabível**, nego-lhe seguimento nesta Suprema Corte.

**Arquivem-se** os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 21 de outubro de 2008.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

**Date Created**

21/10/2008